

manifesto autárquico do Bloco CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA SEM EXCLUSÕES Candidatos e candidatas às eleições autárquicas de 2001 apresentar-se-ão este ano em listas promovidas ou apoiadas pelo Bloco de Esquerda.

Para lá das plataformas de resposta aos anseios das respectivas populações, eles comprometem-se publicamente com um projecto nacional de gestão autárquica:

o de quantos e quantas se reconhecem em estratégias de desenvolvimento sustentável assentes x numa cidadania exigente.

### .

# uma cidadania exigente

#### 1.1. O desafio da renovação do Poder Local

A instituição de um poder local representativo e autónomo da administração central contribuiu para a democratização da vida política e o interesse das populações na resolução dos problemas locais.

Passados 25 anos sobre a instituição desta nova realidade, detectam-se dois estádios nesse processo: primeiro, os municípios preocuparam-se no essencial com obras de infraestrutura e procederam a inúmeras melhorias quantitativas; só mais tarde, e por influência da obrigatoriedade dos Planos Directores Municipais, começaram a introduzir-se elementos de ordenamento e planeamento do território.

O desafio que hoje se coloca ao Poder Local é o da abertura de uma nova geração de políticas locais e urbanas. Os candidatos e candidatas pelo Bloco de Esquerda querem responder, simultaneamente, aos atrasos estruturais que sobrevivem nas suas terras e confrontar o país com a urgência de novas agendas locais. Elas visam um desenvolvimento sustentável e assumem uma nova relação entre a cidadania e o governo autárquico.

### compromisso { 1

Os candidatos a autarcas pelo BE, sem prejuízo da especificidade local e de diferentes graus de urgência entre necessidades, respondem positivamente ao desafio da simultaneidade: nem atrasos em infraestruturas podem relegar para o futuro políticas que promovam o desenvolvimento sustentável, nem a urgência destas dispensa a conclusão das primeiras, decisivas para as populações mais pobres das cidades e do interior.}

Os candidatos a autarcas pelo BE respondem positivamente ao desafio do planeamento democrático.

Comprometem-se a envolver as populações na definição das prioridades colectivas e bater-se-ão por instrumentos de planeamento participado que subordinem os interesses privados a políticas consistentes de ordenamento do território.

# compromisso { 3

Os autarcas pelo BE estarão na oposição, discutindo medida a medida, sempre que esta nova geração de políticas locais assim o recomende.

Do mesmo modo, assumirão responsabilidades no governo local sempre que essa seja a vontade expressa nas urnas, ou quando as suas propostas forem, no essencial, convergentes com o projecto autárquico da forca que tenha recolhido a maioria dos votos.

### 1.2. O esgotamento da Agenda Autárquica tradicional

Não pomos em causa as intenções de milhares e milhares de autarcas por esse país. Muitos fazem o melhor que podem e sabem. Muitos dedicaram o melhor das suas vidas ao serviço das respectivas comunidades. Contudo, não é mais possível persistir na avaliação acrítica do trabalho local.

Se as autarquias promoveram inúmeros benefícios, também a elas se devem muitos dos crimes urbanísticos e atentados ao ambiente cometidos nas últimas décadas. Em matéria de ordenamento do território, de cedências à especulação e de insensibilidade cultural, a lista de decisões que hipotecam os direitos das gerações presentes e futuras é infelizmente muito extensa.

Às autarquias se devem iniciativas e projectos que contribuem para o desenvolvimento económico e para a qualidade de vida das populações. Isso é verdade na promoção do emprego, na multiplicação de equipamentos, na qualificação de espaços públicos e até numa nova atenção à qualidade ambiental. Contudo, estas realidades rivalizam, não raro, com outras de sinal contrário, muitas vezes no mesmíssimo concelho

e sob responsabilidade dos mesmíssimos autarcas. Isto é particularmente verdadeiro no caso de quantos se eternizam no poder gerindo favores e desfavores e abusando da autoridade.

Por outro lado, é também verdade que muitas autarquias revelam uma acentuada insensibilidade pelas questões de género. Não raro, as suas medidas, acções e projectos ignoram a situação específica das mulheres. E é em primeiro lugar sobre elas que recaem as dificuldades de articulação entre vidas e emprego, como é sobre elas que se abatem com maior violência as situações de exclusão social.

# compromisso 44

Os candidatos a autarcas pelo BE entendem a sua acção nos municípios e nas freguesias como uma missão temporária de serviço público. Em consequência, são favoráveis a um máximo de dois mandatos sequenciais ao nível do executivo municipal e aplicarão esse critério a si mesmos.

Chegou o momento de dizer em voz alta o que só alguns repetem em voz baixa: a grande maioria dos projectos autárquicos, independentemente das cores políticas porque se apresentam, encontram-se em fase adiantada de esgotamento.

Esta situação é preocupante. As políticas urbanas têm de responder a novos problemas num contexto cultural onde os valores do «novo riquismo» e do individualismo têm peso crescente. Os autarcas portugueses acumularam um imenso saber-fazer mas são, em regra, vulneráveis a ideias de «progresso» tributárias de um tempo onde a quantidade de obra constituía a medida de qualidade de uma política. O deslumbre pela construção em altura, a submissão da mobilidade urbana ao automóvel ou os atrasos em matéria ambiental, aí estão para o provar.

Construir uma alternativa a esta geração de políticas exige tempo, capacidade de diálogo e aposta forte na formação de autarcas.

# compromisso { 5

O Bloco de Esquerda promoverá, com regularidade, acções de formação e debate sobre os problemas do desenvolvimento e da gestão local.

O Bloco de Esquerda reclama do Instituto Nacional de Administração e do CEFA uma política séria e inovadora para a formação de autarcas e técnicos municipais, que não seja um catálogo de utilidades práticas ou um somatório de saberes teóricos, mas também uma placa giratória de experiências e projectos de desenvolvimento.

### 1.3. O impulso da exigência cidadã

Muitos apontam a ausência de proximidade entre eleito e eleitor como causa da abstenção. O argumento não resiste aos factos. Os portugueses votam mais para as legislativas, em seguida para as presidenciais e só depois para as autárquicas e para as europeias. Este ordenamento do voto indica que, apesar da tendência geral para o desinteresse sobre a «coisa pública», os portugueses votam mais sempre que pensam que esse voto conta para as suas vidas.

Se a proximidade entre eleito e eleitor não é critério decisivo para o voto, já o modo como se exerce o poder local é determinante para abater o muro de desconfiança que hoje se ergue entre eleitos e eleitores.

O fenómeno abstencionista é apenas uma das dimensões do desinteresse e da desconfiança. A sensação de que os eleitos não sabem ouvir, de que as opiniões diferentes e os protestos caem em saco roto, e de que nos eleitos mandam, afinal, os poderes fortes, são o outro lado da moeda da crise de participação cidadã.

Queremos inverter a espiral do desinteresse questionando os modos do exercício do poder autárquico. Opomos ao presidencialismo municipal, uma lógica participativa. Opomos à decisão discricionária e casuística, o desenvolvimento de metodologias democráticas de decisão, nomeadamente quando se preparam os orçamentos e planos de actividade. Queremos uma maior participação das mulheres nas autarquias não só em listas, como na aproximação dos programas autárquicos às suas necessidades mais sentidas. E queremos dotar de poderes legais efectivos, os movimentos de cidadãos pela resolução de problemas concretos.

Os candidatos a autarcas pelo BE defendem Planos de Actividade e Orçamentos que envolvam as populações.

Entre Abril e Setembro de cada ano, os cidadãos deverão pronunciar-se sobre as prioridades de obra e intervenção de proximidade, levando a Orçamentos que não sejam meras «listas de mercearia» negociadas entre vereadores.

Do mesmo modo, devem debater-se descentralizadamente as opções que modelam o desenvolvimento de médio prazo em cada concelho e os projectos em que este se deve ancorar.

# ompromisso { 8

Os candidatos a autarcas pelo BE são favoráveis à criação de Programas para a Igualdade, transversais às políticas municipais, e construídos com a participação das mulheres e de ONGs de Direitos das Mulheres.

# compromisso { 9

Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam políticas de informação municipal que se instituam em factores de controlo da população sobre os compromissos assumidos pela autarquia, e sobre projectos em fase de apreciação pública. Ao mesmo tempo, opõem-se a participações municipais em órgãos de comunicação social (nomeadamente nas redes radiofónica e de cabo), sendo favoráveis ao apoio contratualizado a projectos de informação independente.

# compromisso { 10

Os candidatos a autarcas pelo BE defendem a criação de uma rede de sítios, em articulação com a rede autárquica, que impulsione a cidadania através da produção e circulação da informação e da dinamização do debate público sobre as questões de interesse local.

Os candidatos a autarcas pelo BE bater-se-ão por Observatórios de avaliação do trabalho autárquico, independentes da autarquia e que envolvam instituições e movimentos associativos locais.

## compromisso 12

Os candidatos a autarcas pelo BE entendem que a lei não pode continuar a permitir que providências cautelares favoráveis a causas de cidadãos contra autarquias, sejam torneadas sob o argumento da "provisoriedade" da solução que se contesta.

Em contrapartida da eficácia do efeito suspensório, somos favoráveis a mecanismos judiciais expeditos sobre as matérias em apreço.

# compromisso {13

Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam que a discussão pública dos PDM não são uma formalidade legal mas um momento privilegiado de auscultação de alternativas e diálogo entre técnicos e populações.

Ao mesmo tempo, consideram que incumbe aos municípios promover o debate contraditório, se necessário recorrendo a programas alternativos, ao nível da elaboração de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor.

## compromisso 4 14

Os candidatos a autarcas pelo BE são favoráveis ao debate público entre alternativas de projectos que marcam a paisagem urbana e rural e sustentam que compete aos municípios a sua promoção.

A realização de referendos locais justifica-se sempre que correspondam a movimentos reais de participação, debate e vontade cidadã.

#### 1.4. Problemas da administração municipal

A participação é inseparável do direito dos cidadãos a uma administração moderna, mais racional e adaptada aos ritmos e condicionantes da vida urbana. Sem esta condição, a primeira ficará sempre amputada de boa parte da sua eficácia.

#### 1.4.1 O MAPA ADMINISTRATIVO

A nossa organização administrativa é herdeira de uma reforma de 1834 e de um Código de 1870. As alterações demográficas e económicas entretanto registadas foram brutais. O mesmo se poderá dizer do sistema de competências, nomeadamente após o 25 de Abril. Finalmente, o processo de integração na União Europeia colocou novas questões sobre a definição de prioridades de investimento em escala nacional e regional, para as quais as populações não são minimamente auscultadas. Do desajustamento entre o mapa administrativo e as dinâmicas territoriais vêm surgindo, nas últimas duas décadas, tensões evidentes.

A principal colocou-se em torno da regionalização do país e saldou-se num referendo que rejeitou a proposta em apreciação. Entretanto subsiste a questão - como garantir que as políticas que envolvem decisão de âmbito regional possam ser controladas pelos seus mais directos interessados? A resposta a esta interrogação deve ser clara porque a experiência de partilha de responsabilidades entre diferentes níveis de administração não tem, em geral, sido bem sucedida. Soluções de responsabilidade partilhada conduzem, não raro, a ineficiências, diluição de responsabilidades, compadrios e negócios por debaixo da mesa.

Na ausência de regionalização entendemos que as entidades regionais como extensões do governo central. Esta posição não obsta, bem pelo contrário, a que a administração central contratualize com as Juntas metropolitanas e associações voluntárias de municípios envelopes de investimento e transferências de competência política.

Outra expressão do desfasamento entre o mapa e as novas realidades geradas por décadas de crescimento desigual, tem sido o razoável número de freguesias que na última década reclamou a sua passagem a concelho. Nestes movimentos encontram-se bons e maus argumentos. Nuns casos, a responsabilidade incumbe quase por inteiro a municípios que discriminam partes do seu próprio território, levando a movimentos de separação que encontram no passado legitimidades para soluções de restauração.

Noutros, é a própria riqueza relativa da freguesia que pode estar na origem de fenómenos de egoísmo social. Sem prejuízo de uma análise caso a caso, o que estes casos acentuam é a necessidade de abrir o dossier do mapa administrativo do território.

# compromisso { 15

Os candidatos a autarcas pelo BE são favoráveis a lógicas de associação voluntária de municípios e à contratualização com a administração central de recursos e competências em escala regional.

# compromisso { 16

Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam que as Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto se assumam, de facto, como autoridades metropolitanas em domínios de actuação que só a essa escala territorial faz sentido.

# compromisso 17

O Bloco de Esquerda é favorável a uma reforma administrativa do território, reequilibradora e que obvie à pulverização territorial dos concelhos sob pressão de casuísmos localistas.

Enquanto esta reforma não existir, os candidatos a autarcas pelo BE apoiarão, ou não, movimentos para a criação de novos concelhos, de acordo com a avaliação crítica das razões que os sustentam.

#### 1.4.2. A CONTRA-REFORMA AUTÁRQUICA

Socialistas e sociais democratas avançaram recentemente com projectos que visam acabar com a proporcionalidade nos executivos municipais e, simultaneamente, proceder a um único acto eleitoral para a câmara e a assembleia municipal. O projecto do PS é particularmente gravoso das condições democráticas do exercício do poder local porque, além de executivos monocolores, inviabiliza qualquer fiscalização séria por parte da Assembleia Municipal e transfere o grosso dos poderes para um presidente de câmara que só com dois terços dos votos dos deputados municipais poderá ser demitido.

Esta operação «encalhou» sob o fogo de uma opinião pública escandalizada, mas não foi ainda abandonada. Ela integra-se numa operação mais vasta de contra-reforma do regime com o objectivo de forçar a bipartidarização do sistema político – há muito PS e PSD vêm procurando igualmente um acordo para a alteração da lei que regula as eleições parlamentares.

# compromisso [18

O Bloco de Esquerda solicita ao PR o uso do veto político contra qualquer solução restritiva das garantias democráticas no exercício do poder local.
O Bloco de Esquerda bater-se-à, em sede parlamentar, pelo reforço dos poderes das assembleias municipais, designadamente o da alteração dos orçamentos e planos de actividade. E considera indispensável rever o quadro legal e funcional em que operam as Juntas de Freguesia.

# compromisso { 19

O Bloco de Esquerda é favorável à possibilidade de listas de cidadãos se apresentarem a qualquer órgão autárquico. Em conformidade, a lei do financiamento das campanhas eleitorais deve ser alterada, segundo critério de financiamento por lista.

#### 1.4.3. ADMINISTRAÇÃO PERIFÉRICA

A multiplicação de institutos, fundações, empresas municipais e privatizações de serviços municipais é hoje um facto relevante da realidade municipal. O cenário é seguramente pior do que o descoberto, ainda há pouco, na administração central.

Esgrimindo com dificuldades legais que se colocam à circulação do dinheiro público, muitos autarcas procuraram soluções expeditas de resposta municipal recorrendo a variantes como as descritas. Várias terão justificação. No entanto, é nossa convicção que se foi longe demais nas ramificações periféricas do poder local e que um freio deve ser colocado a esta via de facilidade. Os atalhos e formas enviesadas de colocar homens de mão em lugares de confiança para jogos de influência local são particularmente escandalosos no uso da figura jurídica das fundações.

O Bloco de Esquerda é favorável à realização, com carácter de urgência, de um rastreio ao universo de institutos, fundações, associações, empresas municipais e concessões privadas de exploração impulsionadas pelas autarquias.

E assume como sua responsabilidade a publicitação de toda a informação respeitante a este processo.

# compromisso {21

O Bloco de Esquerda manifesta a sua disponibilidade para estudar alterações nos procedimentos financeiros em vigor, sem perda de garantias de fiscalização pelo Tribunal de Contas.

# compromisso {22

Os candidatos a autarcas pelo BE defenderão o encerramento de todas as empresas, institutos ou fundações que se afastem do princípio segundo o qual a optimização dos recursos deve ser encontrada no âmbito dos serviços municipais e só em última instância fora deles.

## ompromisso 23

Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam a participação de associações e representantes dos utentes na definição e fiscalização das obrigações e padrões de qualidade das empresas que prestam serviços municipais, independentemente da forma de propriedade ou exploração.

#### 1.4.4. FINANÇAS LOCAIS

A urbanização da vida e o agravamento das desigualdades sociais obriga as autarquias a um papel cada vez mais exigente e complexo. Estas, para fazerem as obras de que o concelho carece, precisam de aumentar incessantemente as receitas próprias, para lá das proporcionadas pelo Fundo Geral Municipal. Acontece que tais receitas decorrem, todas elas, de uma lógica de permanente densificação do território. Nem o próprio

Fundo, que pondera várias grandezas, escapa a tal lei. Isto significa que a afectação de território a usos, por exemplo, ambientais, representa objectivamente uma perda de receita. Enquanto esta lógica não for alterada em beneficio de ordenamentos que protejam a natureza, os autarcas disporão sempre de excelentes desculpas para continuarem a betonizar os territórios por que respondem.

Acresce a este quadro uma injustiça suplementar: os equipamentos e imóveis do Estado estão isentos de contribuição autárquica. Esta realidade é particularmente grave em Lisboa e Porto, onde o solo é escasso, se encontra sujeito a fortíssimas tensões especulativas e onde o Estado, historicamente, se foi instalando.

## compromisso {24

O Bloco de Esquerda apresentará, na AR, propostas para a alteração dos critérios financeiros que incrementam e auto-justificam as políticas do betão, em detrimento de políticas de promoção da qualidade de vida e do ambiente.

#### 1.4.5. ALARGAMENTO DE RECURSOS E COMPETÊNCIAS

A gestão de proximidade dos diferentes serviços sociais e educativos, sem afectar as suas lógicas nacionais, propicia maior controlo de qualidade, uma regulação menos hierárquica, maior envolvimento da sociedade e respostas mais rápidas e ajustadas aos problemas. Os autarcas dizem que a elevação da exigência das populações e o alargamento das competências está a crescer mais rapidamente do que o volume de transferências da administração central para a administração local, e têm razão. Mas este capital de queixa não deve adiar a opção por um Estado de proximidade.

O governo decidiu recentemente propor a transferência de responsabilidade sobre os equipamentos e pessoal auxiliar do ensino secundário para os municípios. Estes estão a reagir com prudência a tal iniciativa – sabem como este tipo de decisões gera sempre mais despesas do que as previstas pela administração central. Compreendendo as razões da prudência e salvaguardados os direitos dos trabalhadores, a descentralização abre caminho a uma aposta necessária.

Os candidatos a autarcas pelo BE são favoráveis à descentralização de competências da administração central para as autarquias — com garantia dos recursos financeiros indispensáveis e dos direitos dos trabalhadores -, em particular das que incidam sobre a prestação de serviços sociais e educativos.

#### 1.4.6. ATENDIMENTO PÚBLICO E SIMPLIFICAÇÃO DA BUROCRACIA

As alterações registadas nos ritmos pendulares de vida nas metrópoles, decorrentes da distancia entre casa e trabalho, são um dos factores que obrigam as câmaras dos centros urbanos a modernizarem os seus serviços. É indispensável inovar: informatização em função das necessidades dos cidadãos; concentração de diferentes serviços em equipamentos de proximidade; simplificação das rotinas administrativas; descentralização contratualizada de recursos financeiros, recursos humanos e competências para as freguesias; adaptação dos horários de serviços de atendimento aos movimentos e necessidades de quem trabalha – eis algumas das vias para a modernização das administrações municipais.

Se a modernização organizativa dos serviços dispensa argumentação, o mesmo não se pode dizer sobre os modos de o fazer. Todas as reformas que envolvam os trabalhadores autárquicos e os seus direitos exigem participação e envolvimento dos próprios na procura das soluções. Não se fazem reformas que alterem hábitos e processos por decreto ou ordem de serviço. As reformas na organização do Trabalho visam não apenas melhorar a qualidade da prestação dos serviços como valorizar a condição de quem os assegura. Não pode ser de outro modo e não deve ser de outro modo.

## compromisso {26

Os candidatos a autarcas pelo BE defendem, nomeadamente nas maiores concentrações urbanas, a formação de gabinetes técnicos locais multidisciplinares respondendo ante as freguesias, e ao abrigo de contratos de transferência de recursos e responsabilidades que estas voluntariamente estabeleçam com o seu município.

Os candidatos a autarcas pelo BE comprometem-se com a defesa dos serviços públicos municipais e na batalha contra a burocracia. Consideram que a qualidade, na óptica do utente, passa pela inovação das soluções organizativas desses serviços, a encontrar em diálogo com quem neles trabalha e com os seus representantes.

#### 1.4.7. FISCALIZAÇÃO, UMA BATALHA DA ESQUERDA

Se há domínio gerador da desconfiança dos cidadãos face aos órgãos de governo local; esse é o da carência de fiscalização. Existe a ideia feita, muitas vezes verificada, de que os fiscais fazem vista grossa aos ilícitos de uns com o mesmo a vontade com que operam severamente sobre outros, alimentando redes de pequena corrupção e incidindo o seu poder sobre os mais fracos.

Sabe-se igualmente que o número de fiscais nos municípios está muito longe de assegurar uma correcta fiscalização sobre os padrões de qualidade exigíveis em obra pública ou privada. E que não existe qualquer fiscalização em domínios onde ela já deveria ser bem severa – em todas as áreas que se relacionam com o ambiente, a higiene e a saúde públicas.

# compromisso 28

Os autarcas pelo Bloco de Esquerda consideram que a fiscalização é estratégica na luta pela transparência e a isenção, bem como na elevação dos padrões de qualidade na construção e na prestação de serviços.

# compromisso {29

Os candidatos a autarcas pelo BE propõem a generalização da figura do Provedor do Munícipe, enquanto instrumento de fiscalização popular. Eleito em Assembleia Municipal, deverá reunir regularmente com o Presidente da Câmara e dirigir-se directamente aos diferentes serviços municipais, garantindo respostas em tempo útil.

# qualidade de vida sem exclusões

#### 2.1. A revolução urbana

Nas últimas décadas, o país litoralizou-se como nunca. Onde antes existiam cidades e vilas unidas por estradas e caminhos emergiram duas áreas metropolitanas e uma estreita faixa litoral fortemente urbanizada e onde vive a maioria da população.

No litoral ou no interior, as cidades cresceram e os campos despovoaramse. Vastíssimos territórios do interior estão hoje sujeitos a uma drástica desertificação humana. E numas e noutros, as populações envelheceram duplamente – nascem menos pessoas e vive-se mais tempo.

Esta enorme transformação trouxe novos problemas – de mobilidade entre a casa e o emprego, de qualidade da habitação e espaço público, ou de organização dos novos territórios conquistados pelo betão. Trouxe também formas novas de pobreza, umas associadas à precarização do trabalho, outras à feminização da pobreza e à desgraçada qualidade de vida oferecida pelas periferias, ou ainda às que decorrem da discriminação racial e cultural. Em particular na última década, a história das nossas cidades passou a ser em boa medida escrita pelos trabalhadores imigrantes vindos dos países do Sul e do Leste europeu. São eles que, em precárias condições, estão a contribuir decisivamente para a reconfiguração espacial e social das cidades portuguesas.

Nesta transformação também se geraram oportunidades – nomeadamente as proporcionadas pelo alargamento da rede dos serviços sociais, educativos, culturais e de infraestruturas que, após o 25 de Abril, sofreram um forte impulso. Eles estão ainda longe do que deveriam ser, mas contribuem, e de que maneira, para que a vida não seja um inferno.

No quadro desta revolução urbana, a formulação de políticas municipais que tanto sirvam metrópoles como as de Lisboa ou do Porto, cidades médias como Évora ou Viseu, ou municípios rurais do interior desertificado, é forçosamente muito limitada. Reconhecendo este facto, o presente Manifesto formula propostas e respostas para os grandes conflitos que atravessam a moderna vida urbana. É deles que partimos para a formulação de políticas para as autarquias.

# 2.2. O conflito entre crescimento e sustentabilidade da vida urbana

O crescimento das últimas décadas tem limites e é fortemente contraditório. Alargou-se a contradição entre o direito de propriedade e o direito de edificação. Um desenvolvimento que se queira sustentável deve subordinar o mercado imobiliário e a construção particular às regras de um ordenamento do território definido pelo interesse colectivo. O combate à especulação passa por aqui. E os direitos das gerações futuras a territórios habitáveis e à Natureza também.

Do mesmo modo que nos concelhos rurais é indispensável promover políticas que invertam a tendência para a desertificação humana e atraiam novas energias, serviços e actividades qualificadas, nos metropolitanos é necessária uma enorme coragem política para travar a expansão urbana e avançar na requalificação do edificado existente. O que em ambos os casos está em causa é a construção de parâmetros de qualidade de vida a que todos, sem excepção, devem ter direito.

Do mesmo modo que nos concelhos rurais a sua principal actividade, a agricultura, vem sendo sistematicamente destruída por uma Política Agrícola Comum que favorece as economias do centro da Europa, nas cidades a crise industrial deu lugar à instalação desordenada de serviços e à multiplicação de deseconomias energéticas e ambientais que comprometem o futuro.

Do mesmo modo que nos concelhos rurais o progresso se tem identificado, não raro, com soluções arquitectónicas que anulam diferenças e identidades que poderiam ser valorizadoras da terra, nas cidades imperam o gosto pela construção em altura e o esbanjamento de recursos energéticos. Num e noutro caso, o «progresso» arrasa a paisagem e esmaga a qualidade de vida.

O Bloco de Esquerda levará ao Parlamento medidas legislativas que aumentem a capacidade de intervenção dos municípios na regulação do mercado dos solos urbanos, privilegiando o interesse comum face à especulação fundiária e imobiliária.

# compromisso {31

Os candidatos a autarcas pelo BE reclamam uma nova geração de políticas locais valorizadora da dimensão ecológica do desenvolvimento.

Somos favoráveis ao aumento equilibrado de competências e recursos para as autarquias nas áreas ambientais, de defesa do património e do ordenamento do território. Neste contexto, o BE exige a regulamentação urgente da Lei de Bases do Ordenamento do Território.

# compromisso 32

Os candidatos a autarcas pelo BE batem-se por Agendas Locais com acções e parcerias calendarizadas que expressem o compromisso entre as diferentes gerações pela sustentabilidade do desenvolvimento local e em quadro intermunicipal.

#### 2.3. O conflito em redor da qualidade de vida

A cidade é o território onde a desigualdade mais se evidencia em toda a sua violência. Na cidade tem mais voz o detentor de terrenos, casas e empresas do que os que apenas têm de seu a força de trabalho. Na cidade pouco se ouvem os que vivem isolados, os mais idosos ou as crianças. Nas nossas cidades os imigrantes erguem as obras do orgulho colectivo, mas a sua vida acontece nas traseiras desse brilho, tantas vezes sem lei que os proteja ou direito a habitação condigna.

Em geral as políticas de habitação da esquerda tiveram como preocupação, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, realojar em bairros sociais as populações que viviam em barracas e casas ultra degradadas. Ainda hoje essa é a política corrente e sobre ela é necessária a coragem de uma avaliação crítica. A maioria dos realojamentos fez-se longe dos lugares onde antes se haviam estabelecido laços de vizinhança e partilha das dificuldades. Na maioria dos casos os realojamentos reproduziram, sob betão, a guetização antes existente. As pessoas ganharam casa mas perderam a vida de bairro. Os novos blocos puseram fim às ruelas, alteraram hábitos e costumes, desenraizaram e, invariavelmente, estão sub-equipados.

Uma nova geração de políticas urbanas, que dê dimensão social e comunitária à política de habitação tem ainda de ter em conta a questão multicultural. O aumento do número de emigrantes e a multiplicação das suas origens coloca problemas novos de identidade urbana. O Bloco de Esquerda pronuncia-se em favor da cidade como espaço de cruzamento de culturas, no respeito pelas identidades culturais e valores da cidadania. Respeitamos as diferenças e valorizamos as misturas.

Ao mesmo tempo que Portugal tem sido incapaz de resolver, com qualidade, o problema do realojamento dos mais pobres, continua-se a construir muito para lá das necessidades e, quase sempre, secundarizando a criação de estruturas de apoio ao quotidiano das cidadãs e cidadãos, em termos de serviços de proximidade (apoio a idosos, crianças, refeições rápidas, lavandarias) que aliviem as rotinas domésticas e possibilitem outra gestão do tempo para a participação e o lazer.

A produção de habitação em Portugal, além de tudo isto, é das menos eficientes de toda a Europa. Tem custos dos mais elevados, permite lucros

acima do socialmente aceitável face ao rendimento médio das famílias portuguesas, não responde às necessidades da maioria e deixa de lado o enorme parque habitacional existente que, com menores ou maiores intervenções, poderia ser reutilizado. À reabilitação de fogos e edifícios devolutos, prefere-se a irracionalidade de construir sempre novo alargando os já de si enormes perímetros urbanos. Esta situação é particularmente gravosa nas áreas metropolitanas, onde os centros consolidados vêem a sua população envelhecer e de onde os jovens continuam, por ausência de alternativas, a serem expulsos para as periferias.

Portugal consome duas vezes mais cimento por habitante que a média comunitária, e quatro vezes mais do que a média americana. E, no entanto, os parâmetros de qualidade deixam tudo a desejar – a construção transformou-se em fim quando não deveria ser mais do que um meio. A produção de nova habitação essencialmente para venda, negligenciando o arrendamento e a reabilitação, deixa de fora a procura incapaz de suportar as prestações dos empréstimos. Relançar o arrendamento e promover a reutilização do parque habitacional existente, são por isso prioridades incontornáveis de quantos e quantas consideram que a qualidade não pode ser um exclusivo de classe, mas um direito fundamental também para os mais pobres.

Na vida da cidade não há nunca uma só prioridade. Ela é sempre suficientemente contraditória e variada para que a política se obrigue à simultaneidade. Mas a urgência social tem que estar no centro das políticas locais. A criação de políticas sociais locais, não desresponsabilizando o governo nesta área, transformam-se, assim, numa prioridade dos planos e orçamentos municipais e são indissociáveis das políticas de habitação e espaço público.

# compromisso {33

O Bloco de Esquerda insiste na urgência das suas propostas fiscais, que penalizam duramente quantos retenham casas devolutas para fins especulativos. Ao mesmo tempo, afirma a sua disponibilidade para apoiar programas de incentivo à reabilitação de fogos de senhorios e inquilinos pobres.

Os candidatos a autarcas pelo BE apostam na requalificação dos bairros, e serão fortemente restritivos de soluções assentes na expansão urbana. Sustentam que as câmaras se substituam, se necessário, aos proprietários nas obras e que a legislação neste domínio seja revista em ordem a garantir este objectivo. Ao mesmo tempo, são favoráveis a parcerias com promotores e senhorios para desenvolver o mercado de arrendamento a preços controlados e com medidas fiscais de incentivo.

# compromisso {35

Os candidatos a autarcas pelo BE defendem a alienação dos parques municipais de habitação, desde que seja salvaguardado o direito de preferência da câmara em caso de revenda e ao preço actualizado da venda anterior.

# compromisso {36

Os autarcas pelo Bloco de Esquerda são ainda favoráveis a programas de reemparcelamento dos fogos em colaboração com os proprietários, ao desenvolvimento da indústria de restauro e de reconstrução, bem como a programas que incentivem os mais jovens na aquisição ou aluguer de casas nos centros históricos das cidades. Não há valorização dos centros sem que estes recuperem a sua vocação residencial.

# compromisso {37

Os eleitos do BE nas Juntas de Freguesia comprometem-se a dinamizar acções de informação e apoio às pessoas de idade mais avançada, aos deficientes e àqueles que possuem menor grau de instrução, no sentido de os auxiliar por todas as formas a usufruírem dos diferentes programas já existentes ou que venham a existir.

Os candidatos a autarcas pelo BE, no caso de novas urbanizações, favorecerão programas participados pelas populações, em direcção a soluções de escala humana que previligiem o espaço público, equipamentos de vizinhança e serviços de proximidade, geradores de dinâmicas de bairro e emprego social.

Neste particular, manifestam o seu empenho na dinamização do cooperativismo, da auto-construção e da simplificação dos processos burocráticos.

# 2.4. O conflito entre as possibilidades e as necessidades de deslocação

Em Portugal a taxa de motorização da população (número de viaturas por habitante) tem vindo a aumentar e ainda não atingiu a média europeia. Isto significa que, por alguns anos, continuará ainda a crescer.

Esta nova realidade tem absorvido grande parte do investimento do Estado e das autarquias. Fazer obra pública em Portugal tem significado, em boa medida, construir auto-estradas, acessos radiais, pontes e desnivelamentos, alargamento de avenidas e parques de estacionamento no interior das cidades.

A estratégia de resposta pública é paradoxal: por um lado, o volume de obra, por intenso que seja, corre sempre atrás do crescimento da taxa de motorização. Na melhor das hipóteses, evita níveis de saturação intoleráveis do tráfego. Por outro lado, a melhoria das condições de circulação e estacionamento tem um efeito perverso: faz com que cada vez mais viaturas cheguem aos centros das áreas metropolitanas. Na verdade, a velocidade de circulação, que se mede em tempo de deslocação, não melhora. E todos os que não usam o automóvel nas suas deslocações saem duplamente prejudicados porque a eficácia dos transportes colectivos depende muito da sua prioridade e rapidez. A política de correr atrás da taxa de motorização tem ainda outra consequência: agrava os problemas ambientais e energéticos do país, bem como os níveis de stress na vida urbana. A política de esquerda deve, por tudo isto, ter a coragem de romper este ciclo vicioso, em particular nas autarquias das áreas metropolitanas.

Os candidatos a autarcas pelo BE querem assegurar uma mobilidade efectiva a quantos necessitem de se deslocar, através de uma boa rede de transportes colectivos e de uma utilização mais racional do automóvel.

# compromisso 440

Os candidatos a autarcas pelo BE querem diminuir as necessidades de motorização das deslocações, desenvolvendo para tal um urbanismo de proximidade, evitando a dispersão urbana, controlando a localização dos usos do solo mais dependentes do automóvel, favorecendo os modos de transporte suaves e amigos do ambiente. Nomeadamente, é prioritária a substituição das frotas municipais de Transporte Colectivo por veículos a gás ou a electricidade.

# compromisso 441

Os candidatos a autarcas pelo BE batem-se por uma efectiva articulação entre modos de transporte, tanto públicos como privados e são favoráveis a autoridades metropolitanas de transportes que garantam as prioridades de investimento e o conjunto das políticas de integração funcional e tarifária nas áreas metropolitanas.

# compromisso {42

Os candidatos a autarcas pelo BE sustentam a existência de vias pedonais, sem tráfico, que incluam espaços de lazer e convivência, nos centros da cidade, impedindo aí que o espaço público seja monopolizado pela presença do automóvel.

# compromisso 443

Os candidatos a autarcas pelo BE defendem que as políticas de estacionamento e respectivas tarifas se encarem como instrumento da gestão da procura de transporte. Estacionamento em quantidade e barato onde o transporte individual liga com o colectivo; escasso e caro onde importa reduzir drasticamente o peso do automóvel em nome do direito à mobilidade de todos.

Finalmente, o BE apoia medidas para uma fiscalidade local ambiental em relação à utilização menos correcta do transporte motorizado nas cidades. Do mesmo modo é favorável ao investimento e/ou apoio público aos modos de transporte menos poluentes.

#### 2.5. O conflito entre insegurança e direito à cidade

Não há lugares completamente seguros e o melhor é começar por o reconhecer. Dito isto, é verdade que hoje a insegurança e o medo atacam os fundamentos da cidadania. Com medo, as pessoas encontram-se menos. Com medo, as pessoas saem menos e com isso aumenta a insegurança nas ruas. E com medo, as pessoas ficam mais sensíveis a propostas autoritárias.

Deve em segundo lugar dizer-se que a segurança policial é uma área de responsabilidade do governo e da administração central. O Bloco de Esquerda será sempre contrário a que políticas que envolvem a responsabilidade por direitos e garantias dos cidadãos possam ser transferidas para a esfera local. As responsabilidades autárquicas com a segurança envolvem o ataque às causas da criminalidade por via social, a intervenção em domínios como os da iluminação pública, da vida nocturna, da segurança rodoviária e da limpeza que, tendo incidência na imagem das cidades, influem na sua segurança e convivialidade.

Importa diagnosticar com precisão as tendências mais recentes:

Pela primeira vez e de forma durável, a sensação de insegurança, nomeadamente dos mais idosos e indefesos, é explicável não tanto pelo aumento da criminalidade mas pela ideia de que a criminalidade está a crescer explosivamente. Por outras palavras, a insegurança que se sente nas metrópoles portuguesas é, em muito, provocada por uma ideia e uma imagem difusa de permanente insegurança.

Este fenómeno não deve ser social e culturalmente menosprezado. Ele resulta de uma tenaz entre a abordagem sensacionalista do crime pela generalidade da comunicação social e a demagogia e o populismo da direita política que, no limite, gostaria de ter um polícia por cada cidadão.

O primeiro dirigente político a atear a fogueira securitária foi António Guterres e então ela dirigia-se à «incompetência» do cavaquismo. Hoje, os aprendizes de feiticeiro estão a pagar a factura da irresponsabilidade de ontem. Independentemente deste facto, a verdade é que o combate ao sentimento de insegurança não passa apenas por uma panóplia de medidas políticas aos diferentes níveis da administração pública. Este combate tem que envolver a sociedade e em particular os profissionais dos media. O país teria tudo a ganhar com uma comunicação social que neste domínio fosse capaz de interpretar correctamente o seu papel de serviço público e se dispusesse a avançar em direcção a um pacto autoregulador das abordagens informativas da criminalidade.

Uma política municipal de segurança deve ter em especial conta que a criminalidade não esgota as razões de insegurança. Ela deve dar a devida atenção ao crime rodoviário, principal causa de morte no país; tem que levar em atenção a violência no espaço doméstico, que atinge sobretudo mulheres e crianças e encontrar soluções preventivas e de protecção; precisa de intervir seriamente sobre a fiscalização da restauração e da qualidade dos alimentos; não deve menosprezar a importância da iluminação, do tratamento dos espaços e do mobiliário urbano e dos critérios claros a que deve presidir uma cidade que se queira aberta, ou seja, susceptível de ser fruída por deficientes, idosos e crianças. E, obviamente, tem que atacar os principais factores que estão na origem das mais recentes formas de criminalidade.

A verdade é que nas metrópoles, nas cidades médias e nas mais pequenas, o crescimento da toxicodependência transformou-se no principal factor do aumento sustentado dos assaltos e roubos por esticão. Esta é a manifestação recente da mais ancestral das causas da criminalidade: a necessidade que decorre da exclusão, da marginalidade e do contacto quotidiano com o sub-mundo do crime organizado. Inverter as políticas de combate à toxicodependência é uma prioridade absoluta do país por razões de saúde pública e também por razões de combate à insegurança urbana.

A toxicodependência de heroína e cocaína é hoje um fenómeno social complexo que, por se ter desenvolvido em condições de ilegalidade, se mistura com outras exclusões. Se o consumo não distingue entre ricos, pobres ou remediados, já o armazenamento, a distribuição e venda se concentram em territórios de pobreza, ausência de infraestruturas e espaços

públicos de qualidade, e habitação provisória ou degradada. Uma política de esquerda pela segurança e pelo direito à cidadania prioriza o ataque às causas que originam a criminalidade e tem, por isso, um claro sentido social na definição das prioridades – acabar com as barracas, superar os modelos de habitação social existentes no país, investir fortemente na requalificação física e humana dos bairros degradados são políticas que vão às raízes. E nestas as autarquias têm uma pesada responsabilidade.

Do mesmo modo, as autarquias devem ter um papel relevante na aplicação das possibilidades abertas pela recente legislação sobre toxicodependência. Ela não esgota o campo das políticas necessárias – nomeadamente a separação dos mercados entre «leves» e «duras», legalizando o primeiro, e o lançamento, onde se justifique, de programas experimentais de distribuição, sob prescrição médica, de heroína a heroinómanos crónicos – mas abre um imenso campo de iniciativa que não pode ser menosprezado.

O novo quadro legal - que amplia substancialmente o terreno para as políticas de diminuição de riscos - é incompatível com uma intervenção policial virada para a repressão dos consumidores e do tráfico de retalho, sob pena do Estado enviar sinais contraditórios a quem precisa de apoio. As forças de investigação e repressão devem concentrar os seus esforços, isso sim, sobre as redes e seus testas de ferro em Portugal. E se, em geral, o aumento da eficácia preventiva e de intervenção de um policiamento de proximidade é susceptível de contribuir para a diminuição da ansiedade social, tal deve ocorrer não em função do objectivo de massificar a presença das forças da ordem nas ruas mas de responder da melhor maneira aos diferentes problemas de segurança que se colocam, através de programas e meios que aumentem a mobilidade e até de soluções inovadoras, nomeadamente na abordagem dos territórios de lazer e ócio nocturnos uns exigirão polícia de giro, outros permitirão policiamento mais presente mas sem armas de fogo, outros principalmente de polícia de tráfego e todos eles, seguramente, carecem de serviços de transporte colectivo nocturno em nome do combate às consequências do consumo excessivo de álcool aos fins de semana.

O BE defenderá no Parlamento o lançamento de um programa nacional direccionado para as áreas suburbanas mais críticas e para a desguetização dos territórios de maior segregação. Este programa deverá articular diferentes valências sociais, da habitação e espaços públicos, à gama de serviços de proximidade e equipamentos, tendo particular atenção à criação de emprego de proximidade para os mais novos e ocupações para os mais idosos.

# compromisso 446

Os candidatos a autarcas pelo BE defendem o conceito de policiamento de proximidade, com capacidade de intervenção nas problemáticas com maior impacte na segurança dos cidadãos, em particular nas zonas de risco, e com particular atenção a intervenções dissuasoras e preventivas.

## compromisso 447

Os candidatos a autarcas pelo BE consideram que essa capacidade de intervenção é indissociável de uma elevada formação para a cidadania, e por isso denunciarão as arbitrariedades e abusos que sejam cometidos por forças policiais no desempenho das suas funções. Porque quem não deve não teme, a videovigilância nas esquadras é um instrumento de prevenção de eventuais abusos.

## compromisso 448

Os autarcas pelo Bloco de Esquerda defendem o envolvimento das autarquias nas políticas de diminuição de riscos: manifestam a sua concordância com a separação de mercados entre drogas leves e duras, as políticas de substituição de drogas, as casas de chuto e o lançamento de programas experimentais de distribuição de heroína sob controlo do Estado e prescrição médica.

Os candidatos a autarcas pelo BE avaliam positivamente a existência de mediadores sociais e de saúde, que estejam em contacto e articulação permanente com grupos de maior risco e desempenhem um papel formativo na relação com as forças de segurança locais.

## ompromisso {50

Os candidatos a autarcas pelo BE proporão, sempre que necessário, a criação de comissões de acompanhamento da segurança pela comunidade, ao nível de freguesia e à semelhança dos actuais conselhos municipais de segurança. Estas comissões devem envolver responsáveis locais pela segurança bem como representantes da população, de organizações sociais, de instituições privadas de solidariedade social e outras que possam agir sobre os problemas sociais geradores de insegurança e sobre a sua prevenção.

#### 2.6 Uma nova cultura

O conjunto destes 50 compromissos são um guia para a construção dos programas locais e não um colete de forças sobre os programas locais. No seu conjunto representam uma nova cultura e uma nova geração de políticas para as cidades. É com esta perspectiva que o Bloco de Esquerda avança para as autárquicas de 2001. Mais perto dos cidadãos e com estes, eis o nosso lema.

Desenvolvimento assente num grande contrato social e ecológico dirigido ao presente e ao futuro, é a nossa proposta. Porque viver melhor é aprender a viver diferente. Porque a política tem de reconquistar raízes na vida. E porque está na altura de cada vez mais homens e mulheres começarem a votar e a agir pela máxima exigência e se libertarem do voto útil, que a todos condena ao mal menor e à permanente desilusão e desconfiança face à coisa pública.

Em Dezembro, os candidatos a autarcas pelo Bloco de Esquerda apresentar-se-ão com razões fortes. E os eleitores poderão votar por razões fortes que se projectarão para lá das autárquicas. É esta a cultura de cidadania da nova esquerda.

Lisboa, 20 de Maio de 2001

APROVADA COM 3 VOTOS CONTRA E 11 ABSTENÇÕES NA IIª CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

indice

uma widente exigente

Autárquica tradicional (6 O impulso da exigência cidadă (9 Problemas da administração municipal (9 O mapa administrativo (10 A contrareforma autárquica (11 Administração periférica (12 Finanças locais (13 Alargamento de recursos e competências (14 Atendimento público e simplificação da burocracia (15 Fiscalização, uma batalha da esquerda

## qualidade de vida sem exclusões

16 A revolução urbana 17 O conflito entre crescimento e sustentabilidade da vida urbana 19 O conflito em redor da qualidade de vida 22 O conflito entre as possibilidades e as necessidades de deslocação 24 O conflito entre insegurança e direito à cidade

Candidatos e candidatas às eleições autárquicas de 2001 apresentar-se-ão este ano em listas promovidas ou apoiadas pelo Bloco de Esquerda. Para lá das plataformas de resposta aos anseios das respectivas populações, eles comprometem-se publicamente com um projecto nacional de gestão autárquica: o de quantos e quantas se reconhecem em estratégias de desenvolvimento sustentável assentes numa cidadania exigente.



www.bloco.org